

CORREIO POLÍTICO

POR
RUDOLFO LAGO

Zucco: em situação de empate no Rio Grande do Sul

Prisão de Bolsonaro: primeiros efeitos eleitorais

Novas pesquisas eleitorais foram divulgadas na semana passada em alguns estados. Ainda não há novos levantamentos dos principais institutos de pesquisa nos maiores colégios eleitorais, o que ainda não permite medir completamente que efeitos a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro trouxe para a disputa eleitoral. Mas as novas pesquisas dão algumas pistas. Com movimentos que podem ter complicado um pouco a vida de candidatos da direita, embolando o jogo. Um bom exemplo disso aconteceu no Rio Grande do Sul, um estado que nos últimos anos demonstrou forte presença conservadora. Real Time Big Data de 25 de novembro mostra um empate entre três para o governo do estado. E jogo embolado também para o Senado.

Valter Campanato/Agência Brasil



Eduardo Leite deve se eleger senador

Onde houve pesquisas, quadro de equilíbrio

Semana passada, foram divulgadas pesquisas novas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Piauí, Tocantins, Amazonas e Mato Grosso. Levando-se em conta os levantamentos somente nesses estados, os partidos que se declaram à direita (PL, Novo e Republicanos) poderiam fazer até 8 senadores. Com mais cinco de legendas que se colocam na centro-direita (União Brasil e PP). A esquerda (Psol, PT e PDT) poderia fazer até cinco. E o centro (MDB, PSDB e PSD), até oito. O quadro poderia demonstrar uma vantagem da direita com a centro-direita, somando até 13 possíveis senadores.

Senado

O bolo se repete na disputa pelo Senado. O governador Eduardo Leite (PSDB) tem 16%. Mas atrás vêm empatados Manuela D'Ávila (que vai se filiar ao Psol esta semana), Paulo Pimenta (PT) e Marcel Van Hatten (Novo), todos os três com 15% das intenções de voto.

R. Grande do Sul

O levantamento anterior Real Time Big Data mostra liderança isolada para o governo do líder da oposição na Câmara, Luciano Zucco (PL). Agora, Zucco ainda lidera, com 27%. Mas, dentro da margem de erro, empata com Edegar Preto (PT) e Juliana Brizola (PDT), com 21%.

Esquerda

A esquerda, ou os partidos que se mostram hoje mais fiéis a Lula, poderiam eleger até cinco senadores. Com o caso de Manuela D'Ávila, pelo Psol, quebrando a tendência mais conservadora. Lula teria o apoio dos até oito senadores mais identificados com o centro?

União e PP

Mas até que ponto será mesmo possível considerar todos os eleitos pelo PP e pelo União como senadores que farão oposição a um eventual novo governo Luiz Inácio Lula da Silva, embora os dois partidos, em federação, tenham se declarado em oposição?

PSDB

Muito provavelmente não com o PSDB. Que, viria a eleger senador o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Ao assumir esta semana a presidência do partido, o deputado Aécio Neves disse que os tucanos não serão nem lulopetistas nem bolsonaristas.

MDB e PSD

Mas muito possivelmente com o MDB, com nomes como Renan Calheiros, em Alagoas, por exemplo. Quando ao PSD, o partido liderado por Gilberto Kassab é uma incógnita. Hoje, traça hoje planos oposicionistas. Mas fica fora de um eventual novo governo Lula?



Alcolumbre: 'Nenhum poder deve se julgar acima do outro'

Alcolumbre defende prazo acelerado para Jorge Messias

Presidente do Senado diz que está ocorre interferência de Lula

Raquel Lopes - Folhapress

profissional e certidões negativas de pagamentos de impostos e ações na Justiça.

"Aliás, o prazo estipulado para a sabatina guarda coerência com a quase totalidade das indicações anteriores e permite que a definição ocorra ainda em 2025, evitando a protelação que, em outros momentos, foi tão criticada", disse Alcolumbre, em nota.

Alcolumbre afirmou que tem sido nítida a tentativa de setores do Executivo de criar a falsa impressão, perante a sociedade, de que divergências entre os Poderes são resolvidas por ajuste de interesse fisiológico, com cargos e emendas.

Na sua avaliação, trata-se de um método antigo de desqualificar quem diverge de uma ideia ou de um interesse de ocasião.

"Nenhum poder deve se julgar acima do outro, e ninguém detém o monopólio da razão. Tampouco se pode permitir a tentativa de desmoralizar o outro para fins de autopromoção, sobretudo com fundamentos que não correspondem à realidade", disse.

"Se é certa a prerrogativa do Presidente da República de indicar ministro ao STF, também o é a prerrogativa do Senado de escolher, aprovando ou rejeitando o nome", disse.